



Universidade de Lisboa

Instituto Superior de Economia e Gestão

MESTRADO EM ECONOMIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

## **Programa**

### **Finanças Públicas: Estado e Autarquias Locais<sup>1</sup>**

**2º Semestre 2022/2023**

RICARDO CABRAL (RCABRAL@ISEG.ULISBOA.PT)

ATENDIMENTO (MS-TEAMS): QUINTA-FEIRA, 16:30-17:30

Fevereiro 2023

---

<sup>1</sup> Programa adaptado pelo docente com a permissão do autor, o Prof. Paulo Trigo Pereira, que o elaborou no ano académico 2020/2021.

# 1. Objetivos

---

Pretende-se, nesta unidade curricular, que os alunos compreendam:

- As funções das Administrações Públicas e a que nível elas devem ser desempenhadas (central, regional e local);
- A complementaridade entre sector público, sector privado e o “terceiro sector” (social, sem fim lucrativo);
- As receitas e as despesas públicas como instrumentos de políticas públicas;
- O significado da sustentabilidade das finanças públicas.

Assim, um dos objetivos principais da disciplina será clarificar a estrutura das Administrações Públicas em Portugal, à luz da teoria do federalismo orçamental, desenvolvendo alguns tópicos importantes na teoria das finanças públicas: por um lado, as atribuições e competências de administração central, regional e local, por outro, as formas de financiamento (impostos, subvenções ou preços/tarifas).

Pretende-se ainda familiarizar os alunos com literatura na área da economia pública central, regional e local no contexto da realidade portuguesa.

Em termos metodológicos e pedagógicos optase por abordar uma variedade de temas que, pela sua extensão, obrigam a uma redução do nível de detalhe e profundidade com que esses temas são analisados nesta unidade curricular. A alternativa seria reduzir drasticamente o número de tópicos a abordar tratando cada tópico com um nível de elaboração analítica que apenas os alunos licenciados em economia e com uma sólida formação económica poderiam acompanhar.<sup>2</sup> Deste modo, a metodologia pedagógica abordada permite que, consoante a sua formação de base, o estudante possa escolher por onde e até que nível de detalhe pretende aprofundar cada tema.

Esse objetivo é prosseguido da seguinte forma: para cada capítulo, é dada bibliografia mais especializada que permitirá ao aluno aprofundar um dos tópicos à sua escolha na

---

<sup>2</sup> Isto não significa que alguns temas, nomeadamente os fundamentos microeconómicos da intervenção pública local não sejam dados com algum formalismo.

elaboração de um ensaio particular que poderá ter um enfoque mais técnico ou mais abrangente e menos especializado. Serão entregues um conjunto de tópicos e um conjunto de textos de leitura que auxiliarão os alunos no processo de elaboração dos ensaios. Esses ensaios serão apresentados pelos alunos no formato de seminários nas duas últimas aulas do semestre.

O programa está estruturado em quatro partes. Na primeira parte, analisa-se a estrutura e funções das Administrações Públicas, e desenvolve-se a teoria do federalismo orçamental, para clarificar a que nível – central, regional ou local – essas funções devem ser desempenhadas. Nesse contexto, aborda-se igualmente a teoria da descentralização e da desconcentração financeira. Finalmente, apresentam-se dados sobre a realidade das Finanças Públicas em Portugal. Na segunda parte, o enfoque é no Estado (constituído pela Administração Central e pela Segurança Social), para uma melhor compreensão da sua estrutura. São analisados o Orçamento de Estado, os principais indicadores de desempenho das Administrações Públicas e os diferentes tipos de programas orçamentais. A terceira parte analisa a estrutura, função e orçamento da Administração Local, em particular, ao nível dos municípios. Clarificam-se as respetivas atribuições e competências, a diferente natureza dos bens e serviços públicos e mistos locais, a sua forma de fornecimento aos utilizadores (público, privado, terceiro sector), bem como a sua forma de financiamento. É retomada a temática da descentralização do ponto de vista dos municípios, com aplicações ao caso português. Finalmente, a quarta parte é dedicada a seminários onde cada aluno apresenta o ensaio que constitui elemento de avaliação na Unidade Curricular.

## 2. Programa

---

### **Parte I. Federalismo Orçamental: Funções e Estrutura das Administrações Públicas**

1. Federalismo Orçamental e as funções afetação e redistribuição do sector público.
2. Finanças públicas: conceitos, sustentabilidade e perspectivas de médio prazo.
3. A diferente natureza de bens/serviços, descentralização e desconcentração.

### **Parte II. O Estado: estrutura, funções e financiamento**

4. O Estado em Portugal: âmbito, estrutura e contas.
5. Orçamento de Estado
6. Políticas e Programas orçamentais: dos recursos aos resultados?

### **Parte III. Os Municípios e as políticas públicas locais**

7. Atribuições, competências e finanças.
8. Produção e provisão pública e privada.
9. Políticas públicas locais: preços, tarifas e taxas.
10. A implementação de políticas públicas locais.

### **Parte IV. Estado e Autarquias Locais: da Teoria à Prática**

Seminários

A programação das aulas seguirá a seguinte calendarização:

Aula	Conteúdo
1	Programa e introdução
2	Cap. 1
3	Cap. 2. Apresentação dos temas dos ensaios
4	Cap. 3
5	Cap. 4. Entrega de guião dos ensaios
6	Cap. 5
7	Cap. 6
8	Cap. 7
9	Cap. 8
10	Cap. 9
11	Cap. 10. Entrega dos ensaios
12	Seminário 1
13	Seminário 2

### 3. Organização pedagógica e avaliação de conhecimentos

A lecionação tentará conciliar, sempre que possível, a exposição de teorias com a análise de casos concretos onde se espera maior participação por parte dos alunos. Serão sempre disponibilizados previamente slides das aulas teóricas com os tópicos lecionados. Espera-se que os alunos estejam presentes nas aulas.

A **avaliação em época normal** será constituída por um **ensaio de aplicação empírica, com uma exposição final desse ensaio** em aula de **seminário**. Cada seminário durará 10 min, com cerca de 5 minutos para exposição e 5 minutos para pergunta/resposta.

O **ensaio** deverá ser precedido de um **guião prévio a entregar ao docente**, com ponderação de 15% para a nota final. A dimensão do guião não poderá exceder **três folhas A4** (12 mil caracteres) e conterà necessariamente:

**Título:**

**Resumo:** (150 palavras max.)

**Palavras-chave:**

**Índice do Ensaio**

**Referências bibliográficas** utilizadas, em formato APA Style 7.0.

O ensaio (individual) de **aplicação empírica** deverá ter um máximo de 10 páginas, excluindo anexos e bibliografia e ponderará com 60% na nota final e *será objeto de apresentação em seminário da disciplina com powerpoint na penúltima e última aula do semestre* (25%).

### 4. Bibliografia geral<sup>3</sup>

Bibliografia base:

Fisher, R. C. (2016). *State and Local Public Finance*, 4th ed. New York City: Routledge.

---

<sup>3</sup> Serão indicadas leituras específicas para vários tópicos dos ensaios.

Mikesell, J. (2007). *Fiscal Administration: Analysis and Applications for the Public Sector*, 7th ed. Thompson.

Pereira, P. T., Afonso, A., Arcanjo, M., Santos, J., & Cabral, R. (2022). *Economia e Finanças Públicas*, 6ª ed. Lisboa: Escolar Editora.

Pereira, P. T., Dias, R., & Almeida, M. (coords.) (2016) *Autarquias Locais: Democracia, Governação e Finanças*. Coimbra: Edições Almedina.

Stiglitz, J., & Rosengard, J. K. (2015). *Economics of the Public Sector*, 4<sup>th</sup> ed. New York City and London: W.W. Norton and Co.

Bibliografia Complementar:

Baleiras, R. N., Dias, R., & Almeida, M. (2018). *Finanças Locais: princípios, instituições e a experiência portuguesa desde 1987*. Lisboa: Conselho de Finanças Públicas.

Netzer, D., & Drennan, M. (eds.) (1997). *Readings in State and Local Public Finance*. Blackwell.

Pereira, P. T. (2013). “O conceito económico de bem público”, Em: J. Pato, L. Schmidt & M. E. Gonçalves (orgs.) *Bem comum: Público e /ou privado?* Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Shah, A. (ed.) (2007). *Local Budgeting*. Washington, DC: World Bank.

Shah, A. (ed.) (2007) *Participatory Budgeting*. Washington, DC: World Bank.

Shah, A. (ed.) (2007) *Local Public Financial Management*. Washington, DC: World Bank.

Lisboa, 15 de fevereiro de 2023

Ricardo Cabral